



PARECER N° DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER SOBRE O PROJETO DE LEI N° 288/2025.

O presente projeto, de autoria da nobre Vereadora Rute Costa, dispõe sobre a criação do plano municipal de atenção à doença viral MPOX, causada pelo vírus MPXV, e dá outras providências.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa emitiu parecer de **legalidade na forma de Substitutivo**.

A Comissão de Administração Pública exarou parecer **favorável nos termos do Substitutivo** da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

A presente proposição visa instituir um Plano Municipal de Atenção à doença viral Mpox (MPXV), em razão da gravidade do cenário epidemiológico, marcado pelo registro de diversos casos no Brasil e pela identificação, em São Paulo, de uma nova cepa do vírus considerada até dez vezes mais letal. A Mpox, causada pelo vírus monkeypox, apresenta histórico de ocorrência desde 1970, com surtos fora de áreas endêmicas a partir de 2003. Em 2022, notificações em países sem relação com viagens a regiões endêmicas indicaram transmissão autóctone. O enfrentamento da doença é desafiador devido às incertezas sobre o comportamento do vírus em populações sem contato prévio.

De acordo com a Organização Panamericana de Saúde/ OPAS, a Mpox (anteriormente conhecida como varíola dos macacos) é uma zoonose causada pelo vírus mpox, do gênero Orthopoxvirus e da família Poxviridae. Existem duas cepas geneticamente distintas do vírus causador da mpox: a cepa da Bacia do Congo (África Central) e a cepa da África Ocidental. As infecções humanas com a cepa da África Ocidental parecem causar doença menos grave em comparação com a cepa da bacia do Congo. É caracterizada por erupções cutâneas ou lesões na pele que geralmente se concentram no rosto, nas palmas das mãos e nas solas dos pés. Os principais sintomas são: Febre; Erupções cutâneas; Lesões na pele; Dor; Dores de cabeça; Ínguas; Calafrios e Exaustão.

Apesar do nome popular, é importante destacar que os macacos não são reservatórios, ou seja, não são capazes de permitir que o vírus da varíola viva e se multiplique em seus organismos. Embora o reservatório seja desconhecido, os principais candidatos são pequenos roedores (como esquilos, por exemplo) nas florestas tropicais da África, principalmente na África Ocidental e Central.

Os principais sintomas são: Febre; Erupções cutâneas; Lesões na pele; Dor; Dores de cabeça; Ínguas; Calafrios e Exaustão.

A transmissão ocorre, predominantemente, por contato direto ou indireto com sangue, fluidos corporais, lesões cutâneas ou mucosas de animais infectados. No que se refere à transmissão entre seres humanos, esta pode ocorrer mediante contato direto com erupções cutâneas ou fluidos corporais, como secreções ou sangue provenientes das lesões, sendo as crostas particularmente



infecciosas. Além disso, objetos contaminados, tais como roupas, roupas de cama, toalhas e utensílios domésticos, podem atuar como vetores, favorecendo a disseminação do vírus. Cumpre destacar que a transmissão vertical também é possível, ocorrendo da gestante para o feto por meio da placenta, ou ainda do progenitor infectado para a criança durante ou após o nascimento, mediante contato pele a pele. Ressalta-se, contudo, que não há evidências conclusivas acerca da possibilidade de transmissão por indivíduos assintomáticos, o que configura uma lacuna relevante no conhecimento científico sobre a doença.

Diante dessas características, torna-se imprescindível a adoção de medidas preventivas rigorosas, incluindo higienização adequada, isolamento de casos suspeitos ou confirmados e desinfecção de objetos potencialmente contaminados, a fim de mitigar os riscos de propagação do vírus e proteger a saúde pública.

Atualmente, não existem tratamentos específicos direcionados à infecção pelo vírus causador da Mpox. Em grande parte dos casos, os sintomas tendem a regredir espontaneamente, sem necessidade de intervenção medicamentosa específica. Nesse contexto, a atenção clínica deve concentrar-se na otimização do cuidado sintomático, visando aliviar o desconforto, manejar possíveis complicações e prevenir sequelas de longo prazo.

Entre as medidas recomendadas, destaca-se o cuidado com as lesões cutâneas, que devem ser mantidas secas sempre que possível ou protegidas com curativos úmidos, quando necessário, para evitar infecções secundárias. É fundamental evitar o contato direto com feridas localizadas na boca ou nos olhos, utilizando enxaguantes bucais e colírios adequados, desde que livres de corticoides, para prevenir agravamentos.

Embora não haja terapias específicas amplamente disponíveis, um antiviral originalmente desenvolvido para o tratamento da varíola, o tecovirimat (comercializado como TPOXX), foi aprovado em janeiro de 2022 pela Agência Europeia de Medicamentos (EMA), para uso no tratamento da Mpox, representando um avanço significativo no manejo clínico da doença em casos mais graves ou complicados.

Assim, a abordagem terapêutica da Mpox deve pautar-se por cuidados de suporte, prevenção de complicações e utilização criteriosa de recursos farmacológicos autorizados, garantindo a segurança do paciente e a efetividade do tratamento.

Em 2022, mais de 10 mil casos confirmados ou prováveis foram notificados no Brasil. O pico de 1.051 casos foi registrado na Semana Epidemiológica (SE) 31/2022 (31/07/2022 a 06/08/2022) e a redução sustentada foi observada a partir da SE 34/2022 (21/08/2022 a 27/08/2022). Em 2023 houve estabilização dos casos confirmados ou prováveis no país, com registro de 853 casos confirmados e prováveis.



Entre as Semanas Epidemiológicas 1 a 37 de 2024 foram notificados no Brasil 1.106 casos confirmados ou prováveis de mpox, a região com maior notificação de casos foi a região Sudeste, registrando 80,7% (n = 893) dos casos nacionais. As Unidades Federativas que registraram os maiores quantitativos de casos no período de 2024 foram: São Paulo (53,0%), Rio de Janeiro (22,2%), Minas Gerais (4,9%) e Bahia (3,7%). Não houve registro de casos confirmados ou prováveis em duas Unidades Federativas (Amapá e Piauí).

Os cinco municípios que registraram maior quantitativos de casos confirmados e prováveis foram: São Paulo (36,7%), Rio de Janeiro (15,8%), Belo Horizonte (3,8%), Brasília (2,8%) e Salvador (2,6%). Dentre os atuais casos suspeitos de mpox no Brasil, o estado de São Paulo concentra 40,3% das notificações. Foram 447 confirmados em 2025 (até junho) em alguns estados, sendo 14 registrados em Santa Catarina, sem ocorrência de óbitos e acometendo predominantemente homens (mais de 90%), na faixa etária de 18 a 39 anos, e alta prevalência inclusive em pessoas vivendo com HIV. O Boletim Epidemiológico da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo registrou um total de 209 casos no município, no período de 01/01/2025 a 27/11/2025.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu alerta sobre casos da doença em países não endêmicos. Dessa forma, em 23 de maio deste ano foi ativada a Sala de Situação de Monkeypox, na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, para coordenar a resposta aos casos prováveis da doença no país e organizar as ações relacionadas à vigilância e à assistência à saúde.

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, no âmbito de sua competência, entende que a proposição é meritória e deve prosperar, eis que visa instituir medidas preventivas e coordenadas para o enfrentamento da Mpox, diante de seu potencial de disseminação, gravidade clínica e impacto relevante na saúde pública, especialmente no contexto epidemiológico crescente observado no Município de São Paulo, sendo, portanto, **Favorável** nos termos do Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, o parecer.

Sala da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, em